



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

BR-040 - KM 2,5 - RUA FLOR DE TRIGO Nº 20/24 - Bairro JARDIM FILADELFIA - CEP 30865330 - Belo Horizonte - MG

ATA

A CPAD – Comissão Permanente de Avaliação de Documentos de Arquivo – presidida pela chefe da SEDOC – Seção de gestão documental – Doraci Maria Barbosa realizou reunião ordinária anual para conhecimento dos novos integrantes e das atribuições da Comissão dentro do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais.

DATA: 23/12/2022

HORÁRIO - Início: 14 h:30min - **Término:** 15h:45min

LOCAL: Seção de Memória Eleitoral - SMEMO

PAUTA:

- 1 - Responsabilidades da Comissão;
- 2 - Explicação dos trabalhos a serem realizados pela Comissão;
- 3 - Análise e validação de minuta de instrumento (portaria ou resolução) que dispõe sobre a obrigatoriedade de preenchimento da Listagem de Verificação para Baixa Definitiva de Autos (tema que será abordado durante a reunião);
- 4 - Outros assuntos de interesse da Comissão.

PARTICIPANTES:

- 1 - Marco Aurélio Neto - CGI
- 2 - Doraci Maria Barbosa - SEDOC
- 3 - Graciane Rocha Andrade - SEDOC
- 4 - Aldrin Frederico de Guimarães e Sales - SEDOC
- 5 - Maria Berenice Rosa Vieira Sobral - SMEMO
- 6 - Sandra Dayrel Ribeiro - SMEMO
- 7 - Gilberto de Jesus Freitas - SECAD

8 - Patrícia Murta de Souza – 35ª ZE

9 - Clarice Rozário Martins Fraga Conceição – 31ª ZE

10 - Cristina Maria Pardini Gonçalves – SAJUP

11 - Monique Drumond França Malta Barreto - SDSIS

PRÓXIMA REUNIÃO: Participação em curso solicitado pela SEDOC para capacitação dos integrantes da Comissão

PONTOS DISCUTIDOS:

1 -Abertura dos trabalhos e atualização

Doraci iniciou a reunião explicando que essa é a primeira reunião da nova composição da CPAD – Comissão Permanente de Avaliação de Documentos. Essa comissão já existe desde 1997 e vem sendo alterada ao longo dos anos, mas que desde sua primeira formação ela compõe a comissão. Porém, desde a publicação da Resolução CNJ nº 324 de 2020 houve necessidade de alteração da composição especificamente para atender as exigências desta. E que essa é a primeira reunião para conhecermos o grupo e as atribuições da comissão. E passou a palavra para o arquivista contratado da SEDOC, Aldrin Sales.

Aldrin começou falando o que é a CPAD e o que é o documento de arquivo. Leu as atribuições que a portaria TRE-MG nº 107 de 2021 e foi tentando esclarecer, para os demais, o vocabulário arquivístico. Explicou documento e documento de arquivo, classificação, avaliação e outros termos.

Doraci tomou a palavra para falar que a primeira CPAD na justiça eleitoral foi feita por Minas Gerais e a primeira tabela de classificação de documentos do TRE-MG é de 1999 e foi feita pela primeira comissão, formada em 1997. Houve uma atualização dessa tabela em 2009, que é a vigente até hoje, por uma comissão grande composta pelos titulares de cada setor. A comissão deliberou sobre prazos de guarda. Falou que, com os documentos digitais, temos a necessidade de fazer um novo levantamento, mostrando a importância da comissão.

2) ☐Proposta e discussão

Aldrin seguiu explicando os termos comumente usados pela arquivística e expôs a necessidade de refazermos o plano de classificação para o TRE-MG, propôs fazermos esse trabalho vinculando aos processos de trabalho.

Doraci falou que o mapeamento dos processos e dos sistemas é muito importante para a comissão.

Aldrin explicou que a atribuição de refazer o plano de classificação é uma das atribuições da comissão e que por isso tem representantes de áreas diferentes do tribunal para conhecer a produção documental de cada uma.

Gilberto e Clarice entenderam que a contribuição de cada um da comissão é no sentido de coordenar, em suas áreas de atuação, como funcionará a coleta das informações necessárias e submeter às demais áreas correlacionadas para que elas aprovelem e participem.

Graciane observou que a metodologia de trabalho da comissão é a própria comissão que vai estabelecer na medida que forem entendendo o trabalho e o que for perceptível que está dando certo.

Doraci explicou que em 2015 foi criado um curso pela seção de arquivo aberto a todos os cartórios e que muitas dúvidas foram levantadas e estão aguardando.

Marco Aurélio observou que o mapeamento de processos que está sendo estudado ou proposto pelo grupo de trabalho de LGPD de Dados e Sistemas está buscando desenvolver um trabalho parecido. Propôs a comissão elaborar um *check list* de inventário de dados, porque acredita que a metodologia deve ser a mesma e a comissão tem maior evolução de entendimento do assunto.

Aldrin falou que o diferencial agora para pessoal da área arquivística é que tem se considerar documentos digitais, que é uma visão diferente.

Monique informou que a STI está fazendo levantamento de todos os sistemas e seus gestores no tribunal e que esse levantamento deve ficar pronto até final de dezembro.

Com essa informação, Marco Aurélio propôs então iniciarmos os trabalhos da comissão através da análise desse inventário de sistemas levantado pela TI.

Doraci exemplificou documentos que não existem na tabela de classificação de hoje que são necessários e que não vamos tirar a referência aos documentos analógicos que estão na tabela, mas, sim, acrescentar novos.

A ideia de Marco Aurélio é que em uma primeira etapa façamos uma verificação nos processos de trabalho, se existe algum processo que ainda existe com documentos analógicos. A segunda é pegar a tabela de inventário de sistemas da TI e analisá-la.

A discussão se desenrolou sobre como identificar os processos de trabalho, até onde a análise desses sistemas consegue abarcar e atender o que a comissão precisa em relação aos documentos arquivísticos que existem neles. Marco propôs criar uma classificação desses sistemas, como se fossem processos de trabalho. Percebeu-se que sistemas maiores, que envolvem mais áreas complica para fazer essa subdivisão, ou classificação

de processos de trabalho a partir deles.

Aldrin identificou que a CPAD atua, também, nos processos de eliminação e recolhimento para arquivamento. Na avaliação de temporalidade de documentos e também na produção documental.

Discutiu-se o acesso aos sistemas do tribunal, qual arquitetura dos sistemas produtores de documentos. Levantou-se a necessidade de estabelecer a metodologia de trabalho da comissão, talvez, primeiramente, fazer um questionário padrão para as áreas e caso tenham dúvidas fazer entrevista com a área.

Os componentes concordaram que seria ideal fazer um projeto com etapas de análise, buscando informações através de questionários, escolhendo uma área específica como piloto e, assim, conseguir verificar se o caminho a ser tomado está correto e o que tem ou pode melhorar.

Marco falou que ideal é fazermos um projeto com as etapas para ser discutido na próxima reunião.

Aldrin explicou que o plano de classificação deveria ser escalonado em macro função, atividades, tarefa e documento, nesses níveis. Os sistemas já vão direto nas tarefas em si. A tabela do tribunal tem a separação de macro funções.

Doraci colocou a possibilidade de fazermos um curso com o professor Welder Silva, da Assembleia, de gestão documental com direcionamento para avaliação documental.

Marco aventou que às vezes fazer curso sem ter nenhum conhecimento da matéria as pessoas talvez não consigam absorver direito.

Os componentes da comissão concordaram que podem seguir com planejamento em duas frentes, o curso para março e o início da proposição de projeto do trabalho em paralelo.

Aldrin propôs também que fosse feito levantamento comparativo dos nossos instrumentos arquivísticos com os planos de classificação e as tabelas de temporalidade dos outros regionais para ser apresentado para a comissão para que já sejam feitos exercícios de comparação. Gilberto fez uma observação para que fosse feito com regionais de realidade mais próximo ao de Minas Gerais.

3) Encerramento

Ficou definido que a SEDOC vai trabalhar na formulação do curso de gestão documental com foco em avaliação dos documentos para o mês de março e apresentar o escopo do curso para a comissão. E também elaborará um documento com esboço de um projeto com todas essas atividades (curso, análise do levantamento de sistemas e etc...) propondo para a comissão e cada um coloca seus entendimentos sobre. Depois será marcada reunião para alinhamento das propostas.

Doraci esclareceu que a comissão funcionará, nesse momento, voltada para a atualização dos instrumentos arquivísticos do TRE - MG com realização de algumas reuniões. Depois disso pronto, tem que haver pelo menos uma reunião anual.

Em último momento Doraci falou sobre a Lista de Verificação de baixa definitiva de Autos, que chegou em processo SEI na SEDOC, vindo da Corregedoria, mas que de acordo com a Resolução CNJ nº 324, é instrumento arquivístico de responsabilidade da CPAD. Será encaminhada para o e-mail da comissão para análise e sugestão dos integrantes.

Doraci agradeceu a disponibilidade de todos e encerrou a reunião.

Belo Horizonte, 23 de novembro de 2022.